

**REUNIÃO DA COMISSÃO NA ÁREA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – COPEDPDI, EM 27 E 28 DE MARÇO DE 2012, RIO DE JANEIRO/PB.**

Aos 27 e 28 dias do mês de março de 2012, na sala de reuniões localizada na sala 1 do térreo do Edifício das Procuradorias, anexo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Permanente na área de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idoso (COPEDPDI) do GNDH, com a presença da **Coordenadora da Comissão REBECCA MONTE NUNES BEZERRA**, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Inclusão do Estado do Rio Grande do Norte, [rebeccanunes@bol.com.br](mailto:rebeccanunes@bol.com.br), **CHRISTIANNE PILLA CAMINHA**, Promotora de Justiça do RS, Vice-Coordenadora da Comissão, [pillacaminha@mp.rs.gov.br](mailto:pillacaminha@mp.rs.gov.br); **VALBERTO COSME LIRA**, Coordenador do Centro de Apoio de Cidadania e Direitos Fundamentais da Paraíba, [valberto@mp.pb.gov.br](mailto:valberto@mp.pb.gov.br); **Secretário da Comissão**, e dos **Membros da Comissão: SANDRA MARIA FERREIRA DE SOUZA**, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Cível e Cidadania do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, [sfsouza@mpes.gov.br](mailto:sfsouza@mpes.gov.br); **CÉSAR LUIZ PAIVA CORREIA**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, [c.cesar97@gmail.com](mailto:c.cesar97@gmail.com); **EDMÍLSON DA COSTA PEREIRA**, Procurador de Justiça do Mato Grosso, [edmilson.pereira@mp.mt.gov.br](mailto:edmilson.pereira@mp.mt.gov.br); **JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará [josejr@mp.pa.gov.br](mailto:josejr@mp.pa.gov.br); **ROGÉRIO VOLTOLINI MUNOZ**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, [vmunoz@mp.ac.gov.br](mailto:vmunoz@mp.ac.gov.br); **FRANCISCO NILDO FAÇANHA DE ABREU**, Promotor de Justiça do Ceará, [nildofacanha@oi.com.br](mailto:nildofacanha@oi.com.br); **CRISTIANE BARRETO NOGUEIRA RIZKALLAH**, Promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul, [cristiane\\_rizkallah@mp.ms.gov.br](mailto:cristiane_rizkallah@mp.ms.gov.br); **RODRIGO FILGUEIRA DE OLIVEIRA**, Promotor de Justiça de Minas Gerais, Coordenador do Cao de Pessoa com Deficiência e Idoso [caoppdi@mp.mg.gov.br](mailto:caoppdi@mp.mg.gov.br). **BERENICE ANDRADE DE MELO**, Promotora de Justiça de Sergipe, [berenice@mp.se.gov.br](mailto:berenice@mp.se.gov.br); **YELENA MONTEIRO ARAÚJO**, Promotora de Justiça de Pernambuco, [yelena@mppe.hotmail.com](mailto:yelena@mppe.hotmail.com); **MARLÚCIA GOMES E. ALMEIDA**, Promotora de Justiça do Piauí, [marlucia@mp.pi.gov.br](mailto:marlucia@mp.pi.gov.br); **DINA MARIA VELLOSO**, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, [dina@mp.rj.gov.br](mailto:dina@mp.rj.gov.br); **LEANDRO FILIPPAN FARRULA**, Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, [farrulla@mp.rj.gov.br](mailto:farrulla@mp.rj.gov.br); **ROSANA RODRIGUES DE ALVES PEREIRA**, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, [rosanasr@mp.rj.gov.br](mailto:rosanasr@mp.rj.gov.br); **ROSANA BERALDI**, Promotora de Justiça do Estado do Paraná, [rosanabb@mp.pr.gov.br](mailto:rosanabb@mp.pr.gov.br); **DÉBORA REGINA MENEGAT**, Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, [menegat@mp.rs.gov.br](mailto:menegat@mp.rs.gov.br); **SANDRA DE OLIVEIRA JULIÃO**, Promotora de Justiça do Distrito Federal, [sandraj@mpdf.gov.br](mailto:sandraj@mpdf.gov.br); **RONALD PEREIRA DOS SANTOS**, Promotor de Justiça do Estado do Maranhão, [ronps67@yahoo.com.br](mailto:ronps67@yahoo.com.br) e **ANDÉA L. LOPES**, representante do Ministério Público do Trabalho. Iniciados os trabalhos com as apresentações de cada membro, bem como as apresentações dos novos integrantes, a ex-Coordenadora Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick falou de sua satisfação de passar para a colega Rebecca a Coordenação da Comissão e aos demais integrantes, Vice Coordenadora **CHRISTIANNE PILLA**

**CAMINHA** e ao Secretário da Comissão **VALBERTO COSME DE LIRA**, e, em seguida, falou sobre todo o desenrolar do Roteiro de Verificação da Acessibilidade a ser utilizado por todos os Ministérios Públicos dos Estados e da União, falando, ainda, sobre os pontos retratados na reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, em Maceió/AL, dos trabalhos da COPEDPDI, ressaltou também que a COPEDPDI construiu uma relação frutífera com o CNDI e com o CONADE. Em seguida, iniciou-se a exposição da Dra. ANA CAROLINA COUTINHO, Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do Conselho Nacional do Ministério Público, sobre a resolução 081/2012. Destacou que a Resolução sobre acessibilidade no Ministério Público proposta pelo CNMP, tendo como Relator o Conselheiro Luiz Moreira, registra diretrizes gerais sobre o tema, bem como a intenção do CNMP em adotar, como parâmetro para aferição da acessibilidade nos prédios dos Ministérios Públicos, o roteiro de verificação que está sendo desenvolvido pela COPEDPDI. Em seguida, usou da palavra a Dra. Maria Bernadete Lula, falando sobre o Roteiro de Verificação da Acessibilidade que foi elaborado com o propósito de ser utilizado por todos os Ministérios Públicos dos Estados e da União. Participaram da exposição, como ouvintes, o **Dr. EDUARDO DE LIMA VEIGA**, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos e a **Dra. ANGELA SALTON ROTUNNO**, Secretária Executiva do GNDH. Após a exposição vários membros do Ministério Público se pronunciaram demonstrando várias preocupações com relação a prazo e orçamentos, podendo ser feita eventual adaptação no roteiro de verificação, caso a legislação Municipal ou Estadual tenha estabelecido condições mais exigentes de acessibilidade do que as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas e as Leis 10048/00 e 10098/00, além do Decreto 5296/94. Ficou acordado que será criada uma “ sala de discussão”, na internet, semelhante a um Skaype, a cargo do colega da Bahia. Foi implementado um grupo de discussão virtual por e-mail com o devido cadastro dos presentes. Após, passou-se à análise do check list de verificação das condições de acessibilidade, o qual foi compilado pelos arquitetos dos Ministérios Públicos do DF, MG e RN, havendo sido repassados para os integrantes da COPEDPDI para análise junto à respectiva equipe de arquitetura ou engenharia, sendo apresentadas e discutidas, na oportunidade, as propostas oriundas do MPRJ, único Ministério Público a sugerir alteração no roteiro anteriormente encaminhado. A Dra. Maria Bernadete Lula comunicou, ainda, que, após a remessa para os integrantes da comissão, o roteiro original havia sofrido pequenos ajustes em decorrência de repetições de itens e, principalmente, diante da utilização da norma específica em matéria de elevadores, que, em virtude da especialidade da matéria, deveria prioritariamente ser aquela aplicada, ao invés do disposto da normatização geral contida na NBR 9050:2004, passando a apresentar o roteiro com as sugestões do MPRJ para discussão. Os trabalhos de apresentação do roteiro de verificação de acessibilidade foram coordenados pela Dra. Rebecca Nunes e também pela Dra. Maria Elmira Evangelista, diante do fato da confecção do check list ter se dado durante a coordenação desta última, sendo concluído na presente reunião. Após a discussão, durante a qual se manifestaram vários integrantes da Comissão restou por ser aprovado o check list, cuja cópia fica fazendo parte integrante desta ata, ficando decidido que será elaborada uma tabela complementar especificando a

justificação legal ou normativa correspondente a cada item, o que não deveria implicar em demora de apresentação na reunião plenária do GNDH, nem da necessária homologação perante o CNPG, posto tratar-se apenas de uma informação adicional. Em seguida, usaram da palavra para relatar suas experiências: **ROSANA BERALDI**, Promotora de Justiça do Estado do Paraná **dizendo que**: “Foi constituída a Comissão de Acessibilidade no âmbito do Ministério Público do Paraná; Foram adquiridas impressoras em braile para o Centro de Apoio e para a Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência; Foi oferecido curso de libras para servidores e que uma avaliação será realizada para saber se os objetivos estão sendo alcançados e, por fim, que o “sítio” da Procuradoria Geral também foi adaptado e agora é acessível à pessoa com deficiência visual”. **CRISTIANE, do MPMS**, comunicou sobre a inauguração de um shopping na cidade de Campo Grande sem que as salas de cinemas estejam adaptadas às normas de acessibilidade e, por isso, requereu a instauração de inquéritos policiais contra o engenheiro que assinou a ART e não a cumpriu no item sobre acessibilidade e contra o servidor da prefeitura que atestou para expedição de habite-se; **CÉSAR do MPBA**, afirmou o grande problema que enfrenta é com relação à per capita de idosos e que enfrenta um problema com uma área chamada Estação da Lapa que realiza reforma sem obediência às normas de acessibilidade; **RODRIGO do MPMG** disse que: “ Há um trabalho desenvolvido pelo Ministério Público de Minas Gerais junto a algumas Prefeituras do referido Estado, o qual está resultando em editais para permissão de táxi para motoristas com deficiência, devidamente habilitados”. **MARLÚCIA do MPPI**: relatou que “enfrenta um grande problema que é a falta de veículos adaptados para formação de condutores, nos Centros de Formação de Condutores, no Estado do Piauí”; **BERENICE DO MPSE**: “ O Ministério Público do Sergipe, em plena discussão do seu planejamento estratégico inclui como uma de suas metas a acessibilidade e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Por último **VALBERTO do MPPB**: “ Comunicou da parceria firmada com a Universidade Federal da Paraíba, com a finalidade de realizar pesquisa sobre a violência contra idosos, primeiro na cidade de João Pessoa e, posteriormente, em todo o Estado da Paraíba, bem como de um censo sobre a população que aguarda institucionalização nas ILPIs e que não existe uma noção de quantos e os motivos de suas vontades; Por outro lado, como forma de viabilizar qualquer ajuda às ILPIs formou comissão integrada por Conselheiros do Idoso, da Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, no sentido de avaliar os planos de ação das ILPIs e encaminhar soluções, desde que haja compromisso dos representantes das ILPIs de transparência na administração delas, inclusive com monitoramento de todas por uma comissão múltipla. Por fim, **pediu a interferência da Coordenação para viabilizar a presença de representante do INSS a um das nossas reuniões para discutimos o grande problema que aflige a todos: EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS. Na manhã do dia 28/03**, foi concedida a oportunidade de comunicados, iniciando-se pela própria coordenadora relatando sobre os projetos relativos à área de direitos das pessoas com deficiência e do idoso que fazem parte do planejamento estratégico do Ministério Público do Rio Grande do Norte referentes à garantia de calçadas

acessíveis nos diversos municípios do Estado, à criação de Centro-Dia Público e de ILPI pública para idosos, da elaboração de uma vídeo aula sobre como construir acessível a ser utilizada em canteiros de obras, esperando-se uma capacitação de cerca de 15.000 operários da construção civil e, ainda, um último acerca da inclusão escolar de pessoas com deficiência na escola comum e a necessidade de garantia do atendimento educacional especializado como complemento da escolarização; **CÉSAR do MPBA** relatou que vem trabalhando na formatação de protocolo para estabelecer as atribuições de secretarias e do MP, para diversas ações em defesa das pessoas idosas e pessoas com deficiência; **ROSANA do MPRJ** comunica sobre a existência de projeto da FIRJAN sobre calçadas; comunicou ainda do projeto sobre capacitação dos conselheiros municipais de idosos no Estado. **Pelo Promotor de Justiça Rodrigo do MPMG foi sugerido que se leve à plenária do GNDH uma proposta de que seja acompanhado pelo CNPG as propostas legislativas sobre temas objeto de Comissões no GNDH. Aprovada à unanimidade.** Passou-se à apreciação da pauta, havendo, com relação ao primeiro item (criação do cargo de Curador Dativo pelos Tribunais de Justiça), restado decidido que houvesse um acompanhamento por parte de coordenadora da comissão junto ao CNPG das medidas por ele adotadas. O que restou aprovado. Em seguida, como objeto de pauta que aceito diante da urgência das medidas a serem adotadas, foi relatado pela Dra. MARLÚCIA, Promotora de Justiça do Piauí, sobre o ocorrido no Departamento da Polícia Federal, na cidade de Teresina, quando buscou a expedição de passaporte para seu filho, pessoa com deficiência visual e matem o pedido formulado por correspondência escrita. Após vários pronunciamentos dos integrantes da Comissão foi proposta e aprovada a uma “ **solicitação ao presidente do GNDH para que encaminhe à plenária do CNPG uma representação endereçada à Sub Procuradora-Geral da República, exercendo, atualmente, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Gilda Gomes de Carvalho, no sentido de serem adotadas as medidas cabíveis para que as situações análogas ao caso posto à apreciação não mais se repitam na República Federativa do Brasil, exigindo-se e garantindo-se a isonomia material e a acessibilidade plena (inclusive com ajudas técnicas e pessoal capacitado para atendimento aos serviços e às edificações) da Polícia Federal e demais órgãos em nível federal pelas pessoas com deficiência, especialmente, diante do caso concreto, àquelas com deficiência sensorial(auditiva ou visual) na emissão de passaporte”, restando retirada a proposta de Moção de Apoio pela própria solicitante. Na sequência, foi proposta e aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para tratar sobre os centros dias, ficando, sob a Presidência da Coordenadora da Comissão, **REBECCA MONTE NUNES BEZERRA-MPRN, CÉSAR LUIZ PAIVA CORREIA-MPBA, DÉBORA REGINA MENEGAT-MPRS, BERENICE ANDRADE DE MELO-MPSE e ROSANA RODRIGUES DE ALVES PEREIRA- MPRJ**; Propostas formuladas pela COPEDPDI a serem levadas à plenária do GNDH: a) Aprovação do roteiro de verificação da acessibilidade destinado a aferir as condições de acessibilidade arquitetônica nos edifícios do Ministério Público, solicitando-se que seja encaminhado o roteiro, uma vez aprovado, para homologação junto ao CNPG, com a devida urgência, pela Presidência do GNDH ; b) Criação ou ampliação para o caso de já existência, de**

núcleo ou organismo junto ao CNPG que possa acompanhar as propostas legislativas relativas às áreas de abrangência das Comissões Permanentes que compõe o GNDH; c) solicitação, ao presidente do GNDH, para que encaminhe à plenária do CNPG uma representação endereçada à Sub Procuradora-Geral da República, exercendo, atualmente, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Gilda Gomes de Carvalho, no sentido de serem adotadas as medidas cabíveis para que as situações análogas ao caso posto à apreciação não mais se repitam na República Federativa do Brasil, exigindo-se e garantindo-se a isonomia material e a acessibilidade plena (inclusive com ajudas técnicas e pessoal capacitado para atendimento aos serviços e às edificações) da Polícia Federal e demais órgãos em nível federal pelas pessoas com deficiência, especialmente, diante do caso concreto, àquelas com deficiência sensorial (auditiva ou visual) na emissão de passaporte; Em seguida, a **COPEDPDI** passou à pauta da tarde, passando à apreciação do item “b”, sobre os contratos a serem subscritos pelas ILPIs, sendo proposto por **CRISTIANE BARRETO NOGUEIRA RIZKALLAH**, Promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul, a criação de um Grupo de Trabalho para apresentar uma proposta sobre tais contratos, sendo a comissão constituída por **ROGÉRIO VOLTOLINI MUNOZ**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, **ROSANA BERALDI**, Promotora de Justiça do Estado do Paraná, **CRISTIANE BARRETO NOGUEIRA RIZKALLAH**, Promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul, **RONALD PEREIRA DOS SANTOS**, Promotor de Justiça do Maranhão e **CRISTINNE PILA CAMINHA**, do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Passou-se à apreciação do item “a”, da segunda parte do pauta, “Criação do Centro Dia”, ficou para apreciação da comissão na próxima reunião, como item de pauta, inclusive com a possibilidade de criação de grupo de trabalho; Igualmente foi sugerido para a próxima pauta Após, a Arquiteta Bernadete passou a expor sobre “PISO TÁTIL” em calçadas, fazendo um resumo da legislação, concluindo que: “ Não deve, neste momento, ser pontuada uma súmula sobre o tema, devendo as equipes técnicas dos MPs se articularem para uma conclusão sobre o tema.” Consultados os presentes sobre as metas, foram eleitas as seguintes metas: “ Na área da pessoa idosa: “ Continuação da meta institucional: **a garantia dos direitos das pessoas idosas, com foco principal nas ILPIs**”; Em termos de pessoas com deficiência **garantia dos direitos dessas pessoas com foco principal no acolhimento em situação de vulnerabilidade social** ”. Para a plenária foi proposta continuar com a proposta de combate às drogas e, caso seja a proposta da primeira infância, que seja a INTERGERACIONALIDADE desde a primeira infância.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

#### **REBECCA MONTE NUNES BEZERRA**

Coordenadora da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso – COPEDPDI/GNDH/CNPG – Gestão março 2012 / março 2013

#### **VALBERTO COSME LIRA**

Secretário da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos – COPEDPDI/GNDH/CNPG – Gestão março 2012/ março 2013